

447

# CPI já tem provas para ouvir as empreiteiras

Orçamento

Após o dia 16, data em que o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), pretende



apresentar seu primeiro relatório preliminar, a CPI deverá aprofundar as investigações sobre a atuação direta das empreiteiras no Orçamento da União. Magalhães acha que os documentos apreendidos pela Polícia Federal na casa de Aílton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, vão ajudar a esclarecer o modo como as empreiteiras operavam para controlar o Orçamento. A CPI tem cópia de todos os documentos.

“A corrupção, até onde sabemos, operava nas subvenções sociais globais e nas emendas de interesse das empreiteiras,” disse Magalhães. “Não vamos deixar nenhuma investigação no meio do caminho”, afirmou. O deputa-



*Torgan: rede de informações*

do Sigmaringa Seixas (PSDB-DF), coordenador da Subcomissão de Emendas Orçamentárias, disse que a CPI já tem muitas provas para começar a chamar empresários para depor.

Os 84 disquetes apreendidos pela Polícia Federal junto com 40 quilos de documentos na casa do diretor da Norberto Odebrecht foram decodificados por técnicos do Serviço de Processamento de

Dados do Senado (Prodasen). De acordo com o coordenador deste trabalho, deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), os disquetes praticamente repetem o que está escrito nos papéis da construtora. Revelam que a Odebrecht tinha uma rede de informações que exercia muito poder dentro de determinados setores do Estado, principalmente o Ministério do Bem-Estar Social, o Ministério da Integração Regional, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (Dnocs).

Conforme os dados registrados nos disquetes, a Construtora Norberto Odebrecht tinha a intenção de dominar totalmente os órgãos de contratação de obras e desembolso de dinheiro nos programas da Caixa Econômica Federal conveniados com o Ministério do Bem-Estar Social. Também pretendia monopolizar a construção de hospitais conveniados com o Ministério da Saúde. Outra meta da Odebrecht: conhecimento antecipado do Orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para programas na área social nos municípios.

449